



JACQUES CHONCHOL &
JOANA SALÉM

RELATOS DE VIAGEM

Jacques Chonchol em Cuba: reforma agrária e revolução em 1961

Joana Salém Vasconcelos

Bacharel em História pela USP e Mestranda em
Desenvolvimento Econômico na UNICAMP

Em julho de 2011, tive a oportunidade de conhecer Jacques Chonchol, engenheiro agrônomo que possui em sua biografia nada menos que a formulação e direção da reforma agrária chilena, aplicada a partir de 1965, radicalizada em 1970 e violentamente interrompida em 1973. Cheguei a ele com o auxílio do professor Plínio de Arruda Sampaio Junior, cuja família exilou-se no Chile durante os anos de chumbo no Brasil. O pai, Plínio de Arruda Sampaio, estabeleceu contato com Chonchol a partir da militância na esquerda socialista cristã, que nos anos 1970 tinha vigor continental. Após o trágico golpe de 11 de setembro de 1973, Plínio e Chonchol foram viver na França e mantiveram forte amizade.

Formado em Engenharia Agrônoma na Universidade do Chile e com doutorado em Viticultura na Universidade de Paris, Chonchol se tornou um importante quadro superior técnico em temas agrários. Como perito da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), realizou missões técnicas em vários países da América Latina entre 1957 e 1961, entre eles, Cuba. A reforma agrária cubana apresentou um importante diferencial: sua radicalidade explosiva alterava as condições geopolíticas de todo o continente. Forjada no seio da guerrilha e iniciada antes da tomada

do poder, a reforma agrária cubana gerou uma energia revolucionária camponesa sem precedentes e foi o motor que levou o país ao socialismo. Chonchol esteve em Cuba de 1959 a 1961 como técnico da FAO, e produziu um vasto relatório sobre as condições agrárias e econômicas da ilha, que se tornou um material imprescindível para os dirigentes revolucionários cubanos na elaboração de políticas agrárias. A conversa que travei com Chonchol priorizou o tema cubano, com intuito de lançar luz sobre as condições sociais, técnicas e econômicas dos primeiros passos da revolução agrária. Outros temas latino-americanos também foram abordados: as reformas agrárias chilena e boliviana; a soberania alimentar; os limites do modelo primário-exportador de crescimento.

A entrevista merece um preâmbulo biográfico a respeito da militância de Jacques Chonchol no Chile. Em 1964, com a vitória do democrata-cristão Eduardo Frei nas eleições presidenciais chilenas, Chonchol assumiu a tarefa da reforma agrária e ocupou a vice-presidência do Instituto de Desenvolvimento da Agricultura (INDAP). Contudo, ao longo do governo Frei, as convicções anticapitalistas de Chonchol se chocaram com a limitação estrutural da proposta da *Democracia Cristiana*, de um capitalismo com compaixão social. Estas contradições levaram a que, em 1969, Jacques Chonchol renunciasse ao INDAP e liderasse uma ruptura com a DC. Daí foi criado o MAPU, *Movimiento de Acción Popular Unitaria*, que tinha Chonchol como principal expoente. Imediatamente, o MAPU organizou o socialismo cristão junto à Unidade Popular (UP), que já contava com os Partidos Comunista e Socialista. A partir de 1969, a trajetória de Chonchol se encontra com a de Salvador Allende. Chonchol foi indicado pelo MAPU como pré-candidato à presidência nas eleições internas da UP. Sua candidatura foi retirada em favor de Salvador Allende em dezembro de 1969. Com a apertada vitória eleitoral de Allende em 4 de setembro de 1970, Chonchol assumiu o Ministério da Agricultura e prosseguiu sua tarefa estratégica de radicalizar a reforma agrária a favor dos direitos do campesinato pobre.

O governo da Unidade Popular brilhou como um relâmpago no continente, assustando as elites nativas e os capitais estadunidenses. Jacques Chonchol faz parte dessa corrente histórica que desequilibrou a correlação de forças da América Latina na defesa do socialismo.

Joana Salém Vasconcelos (JSV) – Diferentemente da reforma agrária da revolução russa, em Cuba não houve uma forte pressão camponesa pela repartição de terras em pequenas propriedades privadas. Portanto, uma das principais polêmicas da reforma agrária cubana se referiu às formas de gestão da grande unidade produtiva. Quais eram os principais argumentos dessa polêmica?

Jacques Chonchol (JC) – Há dois problemas: o problema do tamanho e o problema da gestão. Quando começou a reforma agrária cubana, expropriaram muitos engenhos de cana através da Lei de Reforma Agrária e das Leis de Nacionalização. Nos engenhos que se dedicavam exclusivamente à cana de açúcar, decidiram criar cooperativas com 100 *caballerias*¹ (1.345 hectares) dedicadas fundamentalmente à cana. Não havia então maiores problemas de gestão, porque os trabalhadores sabiam manejar a cana, e eram trabalhadores de monocultura. A venda da cana podia ser gerida com organismos estatais. Mas de repente, Fidel Castro, que é um pouco romântico, disse: as cooperativas de cana são estruturas que aumentam a desigualdade, assim como as cooperativas em geral. Porque há pessoas com sorte que vivem em terras muito férteis, com altos rendimentos e ótima produção. Mas outros, com azar, vivem em terras pouco férteis. Isso gera uma diferença: os beneficiados pela reforma agrária com terras boas e os com terras piores. Além disso, Cuba precisa produzir gado, oleaginosas e, portanto, necessita diversificar a economia. Então veio a ideia das Granjas do Povo. Começaram a converter as cooperativas de cana e as novas expropriações em Granjas do Povo, que eram enormes extensões de terra, de 30 ou 40 mil hectares, onde se queria cultivar um pouco de tudo: cana de açúcar, gado, oleaginosas, vegetais etc. Isso me pareceu absurdo porque não tinham capacidade administrativa. Primeiro, a agricultura é muito instável. Não se sabe como fustigar, porque isso depende do clima, que não é controlado pela natureza humana. Ademais, se há muitas produções distintas em mãos de administradores que não tem nenhuma experiência (porque era o caso da maior parte deles), isso seria um desastre. Por isso eu criticava as Granjas do Povo: pelo tamanho e pela diversificação excessiva que impedia uma boa gestão. Outro problema era típico de regimes socialistas: a dependência de Havana. Cada administrador tinha que entender-se com Havana, e não possuía verdadeira autonomia para tomar uma série de decisões sobre os rumos da produção. Tinham que consultar. Então, minha principal crítica às Granjas do Povo devia-se

ao fato de que eram demasiado grandes, demasiado diversificadas, com uma gestão muito complexa, sem que houvesse gente preparada para administrar. E a mesma crítica foi feita por René Dumont, que esteve lá em uma série de visitas que acompanhei. Depois as coisas mudaram muito. Mas a diferença fundamental era que a cooperativa era uma propriedade menor e de monoprodução. A Granja era uma propriedade enorme, muito diversificada e com uma administração muito mais complexa e centralizada.

Mas Fidel Castro tomou outra decisão na qual foi muito inteligente. Havia uma série de pequenos agricultores em Cuba que eram descendentes das Ilhas Canárias (lhes chamavam “canários”). Eram agricultores individuais, que sempre trabalharam em pequenas propriedades por conta própria. Alguns dirigentes diziam que havia que coletivizá-los. E Fidel disse: *“Não! Por nenhum motivo! Serão todos inimigos da revolução. Dar-lhes-emos não apenas a terra que já possuem, como também os títulos de propriedade, para que sigam sendo pequenos agricultores. E para organizá-los, vamos criar a ANAP – a Associação Nacional de Agricultores Pequenos”*. A meu juízo, nesse caso houve uma gestão inteligente. Porque a maior parte dos trabalhadores da cana de açúcar não tinha mentalidade de agricultor, e sim uma mentalidade de proletário. Então era fácil passar de uma empresa de proletários capitalistas para uma de proletários socialistas. Porém, no caso dos pequenos agricultores havia a demanda típica de qualquer pequeno agricultor: a terra individual. Fidel lhes deu e foi um acerto. Contudo, as Granjas do Povo foram uma ilusão de que se podia fazer agricultura com toda sua complexidade em enormes empresas, muito diversificadas, que produzissem tudo o que Cuba necessitava sem que houvesse capacidade administrativa para fazê-lo.

JSV – O tema da diversificação é estratégico. Mesmo em países subdesenvolvidos capitalistas, existem setores reformistas que defendem a diversificação agrária e criticam o modelo exportador de crescimento econômico. Você pensa que pode haver desenvolvimento de uma economia socialista sem diversificação? Caso a diversificação seja uma necessidade, qual forma de propriedade seria mais tecnicamente viável?

JC – Há um problema fundamental: todo país vive em um contexto internacional e não sabe o que pode acontecer. Hoje as condições estão favoráveis, amanhã podem ser muito desfavoráveis. Foi o que ocorreu com Cuba. O principal é ter a segurança alimentar

assegurada. Por isso é fundamental para qualquer país que queira ter autonomia, socialista ou capitalista, possuir em seu mercado uma alta proporção dos alimentos básicos produzidos internamente, mesmo que custe mais caro. Os japoneses, por exemplo, sempre produziram arroz oito ou dez vezes mais caro que o mercado mundial, mas o arroz é o alimento fundamental de sua população. Além disso, no caso cubano, as condições políticas eram muito difíceis, devido à contradição com os Estados Unidos.

Eu fui partidário da diversificação. Cuba se abastecia de gorduras dos matadouros de Chicago. Fizemos um plano de cultivo de amendoim e de oleaginosas para obter gorduras vegetais que substituíssem as gorduras animais. Afinal, quando veio o conflito com os Estados Unidos, a dependência dos matadouros de Chicago fez com que cortassem toda exportação. Qualquer tipo de país que pretende ter um mínimo de autonomia interna, não dependente das flutuações do mercado internacional ou das condições políticas internacionais necessita produzir nacionalmente uma proporção de seu abastecimento interno, mesmo que seja mais caro. Isso não quer dizer que tenham que produzir tudo o que vão comer, e sim que produzam ao menos os produtos básicos e em uma boa proporção. Nesse sentido, a ideia das Granjas do Povo não era má. Fidel sempre teve acordo e nas reuniões dizia: *“vamos ter uma enorme Granja que produza tudo o que os cubanos necessitem”*. Mas a diversificação deve implicar uma especialização e uma capacidade de gestão que os cubanos não possuíam.

JSV - As Granjas do Povo se baseiam na ideia de que a produção altamente concentrada é superior em termos de administração e produtividade. A tentativa de criar uma unidade produtiva gigante de propriedade estatal seria um passo nesta direção. Você pensa que esta proposta estava baseada em pressupostos excessivamente teóricos e pouco técnicos?

JC – Não, mas há uma diferença importante. Pode haver a concentração produtiva em Granjas especializadas, que se produz tanto no capitalismo como no socialismo. Eu creio que as Granjas do Povo estavam muito influenciadas por uma ideia de Fidel Castro. Eu escutei várias vezes ele dizer: *“é preciso ter unidades que produzam todo o gado, toda a oleaginosa, que os cubanos necessitem”*. Mas é possível ter uma produção diversificada especializada, cada Granja com uma produção. E a ideia inicial da Granja do Povo era produzir um pouco

de tudo dentro de uma mesma unidade. Isso, do ponto de vista administrativo, estava equivocado, sobretudo em um país que não possuía quadros administrativos capazes. Além disso, é um setor que depende muito das contingências naturais. Porque na agricultura, não se sabe se amanhã vai chover, se vai haver uma geada. Então, se o administrador não possui alguma liberdade de gestão, não pode tomar decisões diante de cada conjuntura. Tem que esperar que consultem o centro e que Havana lhes responda. Enquanto isso, já perdeu tudo. A diversificação excessiva e uma empresa de tamanho demasiadamente grande constituem riscos e requerem uma capacidade administrativa que quase nenhum país possui. É preferível ter especialistas em cada um dos cultivos, do que ter um único homem responsável por uma empresa com 30 a 40 mil hectares que produz um pouco de tudo. Isso é não é manejável do ponto de vista prático.

JSV – E como resolveram este problema?

JC – Porque depois mudaram a diretriz novamente. Da fase da diversificação, voltaram à fase da monocultura de açúcar. Veio a campanha das 10 milhões de toneladas de açúcar. Ou seja, abandonaram a ideia da diversificação, voltaram à monoprodução e a trazer do exterior, através da venda de açúcar, todos os produtos que faltavam.

JSV – Em algum momento dos anos 60 e 70, Cuba logrou alcançar a segurança alimentar e produzir a maior parte dos alimentos que consumia?

JC – Não, nunca. Desenvolveu muito alguns setores de exportação. Além da cana, desenvolveu muito a citricultura, a indústria de porcos, a indústria láctea. Mas nunca o conjunto das necessidades. Sempre aprenderam muito com a oleaginosa, apesar de que tínhamos discutido uma campanha geral de oleaginosas com amendoim, sempre tiveram que obter de fora.

JSV – A principal crítica que o grupo aliado de Guevara fazia contra a autogestão da propriedade agrária era a sua possibilidade de lucro privado. Defendiam que quanto antes a economia se tornasse independente de um sistema de lucros privados, mais efetiva seria a transição ao socialismo. Você pensa que o lucro ou excedente privado das cooperativas de cana-de-açúcar geravam um efeito negativo para a construção do socialismo?

JC – No meu juízo, não. Porque se pode perfeitamente captar o excedente daqueles que tem muitos lucros através de impostos. E

as cooperativas não eram grandes o bastante para produzir grandes lucros. Podia haver lucros distintos devido às diferentes condições naturais (e essa era a obsessão de Fidel Castro: que uns tivessem excelentes terras e outros, terras ruins). Então sempre vai haver uns que obtêm mais benefícios que outros, mas isso pode ser corrigido com uma política geral impositiva. Muitas vezes, sequer havia taxa de lucro. No velho sistema, o que ocorria? Havia uma série de comerciantes intermediários que iam até as propriedades mais distantes, compravam, revendiam ao maiorista, que vendia a outro e finalmente isso chegava ao consumidor final. Com a socialização, quiseram transformar essa rede em empresas estatais. Estes poderes compradores do Estado eram muito burocráticos e ineficientes, ou seja, não chegavam até os agricultores mais distantes. Então, se perdia muito da produção porque a rede de tentáculos comerciais estabelecida pela economia capitalista, na qual havia pessoas pobres que ganhavam seu dinheiro com pequeno comércio, desapareceu com o monopólio estatal que gerou empresas muito burocráticas. Por várias vezes eu vi colheitas serem perdidas, porque ninguém chegava para comprar. Nesse sentido, era mais eficiente o velho sistema comercial de 20 mil pequenos comerciantes comprando em distintos níveis, que o monopólio das compras por uma só instituição, uma vez que esta não tem a mesma agilidade. Produziu-se um desajuste entre o abastecimento urbano e o abastecimento rural.

JSV – A pequena propriedade privada era suficiente para abastecer o mercado interno de alimentos? Ou a grande unidade é necessária também para o mercado interno?

JC – Em geral, as pequenas unidades organizadas em cooperativas (sendo algumas cooperativas de serviços), é a melhor fórmula, porque se combina com um incentivo direto ao trabalhador. Depende muito do tipo de agricultor que existe. Por exemplo, os produtores das ilhas canárias, os *isleños*, eram agricultores com uma enorme eficiência. Com uma cooperativa, podiam produzir muito... Mas Cuba tinha a mentalidade dos grandes. Neste sentido, Cuba imitava muito aos Estados Unidos: tudo deveria ser grande. A mentalidade dos cubanos era muito influenciada pela mentalidade norte-americana. Depois veio o socialismo, mas fundamentalmente havia muita influência norte-americana.

JSV – Então você pensa que a mesma forma de propriedade cooperativa, em uma economia de transição ao socialismo, seria

adequada tanto para o mercado interno quanto para a exportação?

JC - Claro. Porque o pequeno agricultor pode ser muito eficiente com seus 2 ou 3 ou 10 hectares de terras. Porém não possui o nível necessário para uma série de serviços, mecanização, comercialização, outros insumos etc. Então, necessita uma estrutura maior. Essa estrutura maior lhe é dada pela cooperativa. Ou seja, a combinação da pequena agricultura familiar com uma cooperativa de serviços, ou uma cooperativa de vendas, de comercialização, de produção, me parece uma ótima fórmula. Não digo que é a fórmula perfeita, mas é adequada para resolver o problema da produção e ao mesmo tempo os serviços necessários à pequena produção.

Ao mesmo tempo, possuem uma mentalidade “camponesista”. Na realidade, ao menos metade da população mundial tem uma mentalidade camponesa. Para essa população, a melhor fórmula é essa. Isso não é um obstáculo para que, em alguns casos, possam existir grandes empresas. Por exemplo, no sul do Chile, na Patagônia, onde não há agricultura, e sim empresas de gado. Pode haver empresas de gado de muitos mil hectares e muito eficientes. Mas esse não é o caso da agricultura alimentar básica, e ao mesmo tempo é uma forma de resolver o problema da miséria camponesa. Se você não cria esse setor, que tem renda própria suficiente, sempre vai existir os pobres rurais. E o grande problema de hoje é a fome dos pobres rurais – sem excluir os pobres urbanos.

JSV – Você disse que a centralização excessiva pode gerar problemas administrativos que comprometem a produtividade. No debate econômico entre o sistema orçamentário de financiamento e o sistema de cálculo econômico, você pensa que poderia haver uma conciliação entre a centralização (que gera vantagens de escala) e a autonomia local (que garante relações democráticas no nível da unidade produtiva)?

JC – Creio que é possível uma combinação das duas coisas. Parece-me que impor os orçamentos às distintas unidades de produção a partir do centro é ineficiente. Deve haver uma planificação dos orçamentos, a partir de um plano de produção que nasça em nível local, com instruções gerais que podem vir do poder central. Depois, na administração dos recursos também pode haver mais influência do poder central. Mas sempre que há centralização excessiva, há ineficiência administrativa em algum lugar e isso afeta definitivamente o resultado produtivo. Eu sou partidário de maior

autonomia vinda da base, com relações fundamentais com o poder central. A autonomia deve ser suficiente para poder existir eficiência na base.

JSV – Mas qual deve ser o poder da autonomia frente a uma economia essencialmente planejada? As autonomias não poderiam comprometer o plano?

JC – Eu defendo que o poder central deve fornecer grandes diretivas, grandes orientações básicas. Definir qual é a estratégia de desenvolvimento de um país é uma tarefa do poder central, sobretudo quando há um plano, e sobre isso não cabem dúvidas. Contudo, na aplicação do plano, deve haver entrega de autonomias e um diálogo entre centro e base. Sem isso, creio que o exercício do centralismo conduz a um desastre. Por outro lado, a excessiva autonomia sem uma orientação geral conduz a que cada um faça o que queira. Deve haver uma combinação que não é fácil determinar, entre as orientações gerais de um país e o poder local. Por exemplo, a orientação de desenvolver a industrialização das matérias-primas de um país primário-exportador para que seja ampliado o valor agregado é uma decisão que se toma no centro. A aplicação disso, não. As diretivas são necessárias, tanto quanto a resposta da base.

JSV – Você considera que a mudança de orientação da diversificação para a monocultura açucareira foi uma mudança de estratégia de desenvolvimento?

JC – Eu estive em Cuba do ano 1959 ao final de 1961. Voltei em 1962 e depois já não fui mais a Cuba. A questão é que a diversificação não deve ocorrer dentro da mesma propriedade. Pode haver empresas que se dedicam a isso e outras àquilo. Quando falo de diversificação, penso em nível nacional. Não quer dizer que todas as propriedades vão produzir um pouco de cada coisa. E depois, como a produção de cana caiu demasiadamente, por uma série de circunstâncias políticas e econômicas, voltaram à famosa meta dos 10 milhões de toneladas de açúcar. Primeiro houve um grande esforço de diversificação, e depois um grande esforço para reconcentrar na monoprodução. E aí determinaram a safra de 10 milhões de toneladas de açúcar que, ao meu juízo, não foi correto. Ocorreu uma especialização e Cuba se converteu no grande produtor de açúcar dos países socialistas. Cuba importava produtos alimentícios dos países socialistas e exportava açúcar. E depois veio o que veio com os países socialistas. Era fundamental que houvesse uma diversificação, e a produção de

cítricos foi um esforço importante, bem como a criação de porcos. Ocorreram mudanças mais ou menos bruscas de orientação, de acordo com as circunstâncias do COMECON e do mundo socialista.

JSV – Existem duas correntes críticas à teoria das vantagens comparativas de David Ricardo: a teoria marxista da troca desigual, que se orienta pelo valor-trabalho, e a teoria da CEPAL da tendência à deterioração dos termos de troca, que se orienta pelos preços. A relação comercial entre Cuba e União Soviética se aproximava de alguma destas teorias?

JC – Não fica a menor dúvida de que a primeira vantagem comparativa que tinha Cuba era o açúcar. Na União Soviética e outros países socialistas, que eram países frios, produzia-se açúcar de beterraba, mas não de cana, que era muito mais eficiente. Nesse sentido, Cuba tinha uma vantagem. Produzia açúcar muito mais barato do que os países socialistas. Depois abandonaram a ideia de diversificação e as importações que precisavam ser feitas possuíam preços fixados pelos países socialistas.

JSV – Houve transferência de riqueza da União Soviética para Cuba a partir dos acordos comerciais?

JC – Creio que sim. Houve um apoio importante da União Soviética a Cuba por razões políticas. Mas eu não saberia quantificar, não tenho as cifras. Não cabem dúvidas de que os preços fixados aos produtos que vinham de Cuba eram preços políticos e não preços econômicos.

JSV – Considerando a dimensão econômica do subdesenvolvimento a partir de quatro características essenciais – (1) a dependência econômica do centro; (2) a heterogeneidade estrutural; (3) o desemprego estrutural; (4) a deterioração dos termos de troca – você pensa que Cuba logrou superar parcialmente o subdesenvolvimento?

JC – Creio que Cuba não conseguiu superar o subdesenvolvimento. Obteve êxitos em certos setores de serviços sociais. Há duas coisas em que Cuba obteve grande êxito: a educação e a saúde. Comparando com a América Latina, Cuba possuía o melhor sistema de saúde e um sistema educacional que permitia capacitar toda a população. Porém, em outros setores, houve uma excessiva tendência de limitar os incentivos para as pessoas. Por exemplo, um sistema de salários muito baixos, no qual a população não tinha possibilidade nem alternativas de fazer outras coisas... Isso foi muito negativo. Porque os cubanos

eram muito bem preparados, muito inteligentes, muito hábeis, muito ativos e empreendedores. Nesse sentido, a revolução cortou essa característica com um sistema excessivamente igualitário. Porque cortou o impulso para trabalhar mais, ganhar mais, desenvolver mais. Isso foi muito negativo. Foi criada uma dependência da *libreta*² e dos benefícios do Estado, sem que fossem criados incentivos suficientes. Ainda assim, conquistou e um grande êxito social nos serviços básicos de saúde e educação.

JSV – O que você pensa da proposta de industrializar Cuba a partir dos excedentes da economia agrária? Era uma estratégia viável à época?

JC – Creio que essa é uma estratégia viável em todos os países subdesenvolvidos. Quando você produz matérias-primas, que tem valor agregado muito baixo, quanto mais valor agregado industrial você agrega à matéria-prima, mais ganha. Isso é positivo não somente em um país como Cuba. Se nós, no Chile, em vez de produzirmos cobre, produzíssemos elementos transformados de cobre, ganharíamos muito mais. Quanto mais elaborados são os produtos, agregando industrialização à matéria-prima agrícola, mais há possibilidades de operar vantagens do ponto de vista da renda e dos preços. Isso é geral, seja uma economia capitalista subdesenvolvida, seja uma economia socialista. Em ambos os casos, do ponto de vista nacional, é interessante agregar valor industrial às matérias-primas.

JSV – A industrialização é uma condição imprescindível para superação do subdesenvolvimento?

JC – Creio que sim. Eu não acredito nos países em desenvolvimento sobre a base de produção de produtos primários. Pode ocorrer em algum momento específico, como está ocorrendo hoje em dia, que os países latino-americanos tenham uma série de vantagens exportando matérias-primas: celulose, cobre, soja etc. Mas se hoje em dia as condições internacionais são muito favoráveis, porque a China compra muito, amanhã as condições podem mudar. Esse foi o grande debate da CEPAL na época de Prebisch.³ Um país, para desenvolver-se, necessita de valor agregado industrial. Eu participo desta ideia: o desenvolvimento exige valor agregado, não somente do ponto de vista do valor per se, mas também da capacitação das pessoas. Quando uma nação agrega valor industrial, está capacitando também sua população. Tomemos como exemplo a II Guerra Mundial. Os países bombardeados, como França, Alemanha, ficaram

destruídos. Ao final da guerra, tinham apenas 10% a 15% de sua capacidade produtiva de antes da guerra. Entretanto, em poucos anos se recuperaram. Por quê? Porque eles tinham investido na capacitação da população, havia um enorme *know-how*. Se você observa um país subdesenvolvido, que não tem sua população preparada, lhe dá capital e insumos, nunca vai crescer na mesma velocidade, porque não tem essa capacidade adquirida. Não tem esse poder intelectual e manual dado pela capacitação ao desenvolvimento da indústria.

JSV – Porém existem autores que escreveram à época que a industrialização não era imprescindível, pois o mundo socialista estabeleceria relações comerciais mais justas que o mundo capitalista.

JC – No mundo socialista havia o COMECON, o mercado comum dos países socialistas. Era um pouco da teoria do Ricardo aplicada ao mundo socialista. Cada um produz o que é mais eficiente e fornece aos demais. O conjunto faz com que todos sejam mais eficientes. Essa teoria, em primeiro lugar, fracassou por razões políticas. Ninguém podia prever o que ia acontecer [o colapso da URSS]. E se a população não tem capital cultural nem os capitalistas nem os socialistas se desenvolvem. O capital cultural não se cria apenas através da produção de matérias-primas, mas com a industrialização (e hoje também com serviços). Isso conectado à capacidade de lucro do investimento.

JSV – Hoje em dia, a estratégia de industrialização por substituição de importações é considerada equivocada por alguns setores reformistas da América Latina por ter resultado em fortes endividamentos, que supostamente teriam gerado a crise da dívida dos anos 80. Estes setores pensam que a atual tendência inflacionária dos alimentos e matérias-primas é estrutural e elimina a necessidade de superar o modelo de crescimento por exportação. Propõe-se justamente adotar o modelo primário-exportador como estratégia. Não seria esta uma ilusão momentânea? Quais são os outros caminhos possíveis?

JC – Eu não participo desta ideia que você descreve. Eu creio que os países não têm um desenvolvimento igual, e têm sempre condições distintas. Distintas condições de produção, distintas condições naturais, climáticas etc. Do ponto de vista alimentício, estamos entrando em uma espiral em que cresce o desajuste entre a produção mundial de alimentos e a necessidade mundial de alimentos. A

estratégia de assegurar uma parte importante de seus alimentos básicos internamente é boa para todos os países que desejam ter um mínimo de autonomia. Quanto? Pode ser 40%, 50%, 60% ou 70%. Essa não é a política de vantagens comparativas, na qual, se importa o mais barato de fora. Isso não! Porque ninguém sabe como vão ser as condições externas: os preços podem subir. Nós vimos com a crise de 2008: uma série de países teve crises políticas brutais por depender das importações. Esse tema é chave. O resto depende do tamanho do país, dos seus recursos naturais, da capacidade de sua população, do nível de industrialização. Em geral, sou partidário da industrialização máxima de todas as matérias-primas, seja para o mercado interno, seja para exportação.

JSV – Você foi um dirigente importante da reforma agrária chilena. Houve inspiração da reforma agrária cubana?

JC – Não, porque as condições são muito distintas. Cuba era um país de monoprodução açucareira (e outras monoproduções) em mãos de grandes companhias estrangeiras, com um pequeno campesinato autônomo nas Ilhas Canárias. No Chile, havia velhos latifúndios tradicionais, que produziam muito pouco e com péssimas condições, com mão de obra servil. Eles eram paupérrimos, dependiam absolutamente do patrão e eram politicamente manipulados. Ademais, há um problema no Chile que é a escassez de terra agrícola no território total. Cuba, mesmo sendo sete vezes menor do que o Chile, tem mais terra agrícola. O Chile tem 750 mil km² e tem 5 milhões de hectares úteis para agricultura. Portanto, aqui o princípio fundamental era: se queremos dar a terra aos camponeses, era preciso limitar o tamanho da propriedade. O tamanho da propriedade foi limitado a 80 hectares por unidade, ou o seu equivalente em terras de menor valor produtivo. A primeira ideia era colocar um limite mais baixo que o cubano, porque o primeiro limite dos cubanos foi de uns 400 hectares – depois isso mudou com o desenvolvimento da revolução. A segunda ideia era fazer com que estes camponeses se organizassem transitoriamente, porque eles sabiam muito bem como cultivar a terra, mas não conheciam as relações econômicas com os bancos, com os organismos de maquinaria agrícola, com a comercialização. Era preciso organizá-los em um período de transição, para que aprendessem como gerir as unidades. Depois deste período, que duraria 5 ou 6 anos, iríamos entregar a terra de forma individual, por herança, via cooperativas ou ambos. Manter a

estrutura cooperativa era muito importante. Mas aí tudo veio abaixo com a ditadura...

Creio que a reforma agrária não pode ser generalizada em nenhuma parte do mundo. Depende sempre das condições locais. Não somente condições geográficas, físicas, mas também do tipo de mentalidade dos agricultores e dos trabalhadores. Em Cuba, era perfeitamente possível passar de uma economia coletiva capitalista a uma economia socialista. No Chile era impossível, porque era contraditório com a mentalidade das pessoas...

JSV – E tampouco a produção agrária era fundamental como motor de crescimento...

JC – Tampouco a produção agrária era fundamental como motor de crescimento. Era importante incrementá-la, porque o Chile importava uma parte importante de sua alimentação. Tratava-se de, por um lado, aumentar o abastecimento interno, e, por outro, aproveitar certas condições geográficas de exportação. O Chile é uma espécie de Califórnia do Hemisfério Sul. Enquanto estamos no verão e o hemisfério norte no inverno, aqui podemos produzir muitos itens de exportação que estão com preços altos no mercado internacional do norte, já que no inverno estão em época de não produzi-los. A segunda ideia era orientar uma parte da produção para exportação, mas antes, fundamentalmente, resolver o problema do abastecimento interno.

JSV – Foi uma reforma agrária diversificada? Ou havia um produto-chefe?

JC – Foi uma reforma agrária fundamentalmente diversificada. A reforma agrária do Chile servia para derrotar o poder dos latifundiários (poder político, social e econômico); e para libertar os camponeses e entregar-lhes a propriedade da terra de forma familiar e cooperativa. Em alguns casos, foram criadas empresas estatais. Ao mesmo tempo, queríamos gerar essa agricultura de exportação para o mercado externo, aproveitando a conjuntura geográfica do Chile.

JSV – Quando começou a reforma agrária no Chile?

JC – Teoricamente, começou em 1962, com o governo de direita de Jorge Alessandri. Era um governo eleito em 1958, que terminou em 1961 sem nenhuma intenção de fazer reforma agrária. Mas depois da revolução cubana, houve uma influência de Cuba em toda América Latina e os norte-americanos, preocupados de que não houvesse novas Cubas, fizeram uma famosa conferência em Punta

del Este, no Uruguai, que criou a Aliança Para o Progresso. Aí disseram aos países latino-americanos: “se vocês não fizerem as reformas estruturais, entre outras a reforma agrária, não vão ter ajuda econômica norte-americana”. Esse era o governo Kennedy. Então uma série de governos conservadores aprovou leis de reforma agrária. A primeira lei de reforma agrária no Chile foi aprovada por um governo conservador, mas nada foi feito na prática. Ao menos se sentiu o princípio de que era algo necessário ao país. Depois, veio o governo de Eduardo Frei, que começou a reforma agrária. E depois se acelerou com o governo de Allende, entre 1970 e 1973, até que veio o golpe de Estado.

JSV – Quando veio o golpe, os proprietários antigos que foram expropriados retomaram suas terras?

JC – Uma parte deles. Nós tínhamos expropriado cerca de 10 milhões de hectares. Uma parte foi devolvida aos seus antigos proprietários, mas não muito. Outra parte foi vendida a grandes companhias ou agricultores privados. Outra parte foi convertida em empresas estatais, e outra parte se deu aos camponeses. Mas os camponeses não tiveram nenhuma ajuda econômica e depois foram forçados a vender suas terras.

JSV – A reforma agrária chilena teve alguma inspiração da reforma agrária boliviana?

JC – Não. A primeira reforma agrária boliviana foi em 1952. Havia um sistema de grandes *haciendas* com trabalho servil. Quando veio o movimento nacionalista revolucionário em 1952, os camponeses se apropriaram das terras e o governo não fez nada mais que referendar o fato. Isso ocorreu no altiplano. Não ocorreu nada na parte baixa, onde houve uma nova concentração da terra. Eram condições muito distintas. Por isso digo: não existe um país que tenha as mesmas condições que outros. A reforma agrária exige uma visão específica, em função das realidades de cada país.

JSV – E por isso o tema da integração é estratégico. As diferentes maneiras de sair da dominação capitalista agrária compõem um quadro heterogêneo de reformas que aumenta a necessidade de integração econômica. Qual foi o papel da CEPAL na reforma agrária chilena e cubana?

JC – No caso de Cuba, não houve papel direto. O que ocorreu foi que Regino Boti, que havia sido alto funcionário da CEPAL, foi nomeado Ministro da Economia pela revolução cubana. E Boti solicitou uma

missão da CEPAL que o ajudasse a organizar a economia. Essa missão foi composta por 3 economistas e eu, que fui contratado pela FAO para analisar a parte agrícola. Os outros foram para o setor industrial. Jorge Ahumada, um economista argentino muito distinto, foi um dos principais desse grupo, junto ao mexicano Juan Noyola. Houve uma equipe da CEPAL que assessorou o Ministério da Economia cubano. E no meu caso específico, assessoriei o INRA (Instituto Nacional da Reforma Agrária) e a reforma agrária. No caso chileno, os partidos Socialista, Comunista e a *Democracia Cristiana* defendiam diferentes reformas agrárias. Estavam influenciados, no longo prazo, pelas ideias da CEPAL. Mas não houve ação direta da CEPAL em nosso caso.

Notas

1. *Caballería* é uma medida de superfície agrária usada em Cuba. Uma *caballería* corresponde a 13,45 hectares.
2. Nome da caderneta de abastecimento distribuída à população cubana para receber mantimentos gratuitos do Estado.
3. Raul Prebisch, economista argentino formulador do pensamento econômico estruturalista latino-americano junto com Celso Furtado, adota a noção de sistema centro-periferia para explicar o subdesenvolvimento e inaugura a chamada economia política da CEPAL nos anos 50.

Políticas Públicas em São Bernardo do Campo 1945-1964



Luiz Eduardo Simões de Souza

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, apresentava-se ao Brasil um novo papel na ordem econômica mundial figurado com o Processo de Substituição de Importações. Nesse contexto, destaca-se a cidade de São Bernardo do Campo, então recém-promovida à condição de município. Até meados da década de 1930, era uma região conhecida pela agricultura extensiva, quase voltada à subsistência, pela manufatura de móveis e outras atividades industriais de pouca expressão realizadas por uma população pequena, de assentamento já antigo. Contudo, num espaço inferior a dez anos, SBC sofreria uma transformação radical, tornando-se endereço de multinacionais que implantariam ali a fase final de elaboração de seus produtos, voltados primeiramente para o mercado interno. Isso causaria uma série de mudanças na cidade, alterando bruscamente seus indicadores sociais, demográficos, territoriais e econômicos.

O livro busca entender como foram os primeiros anos de um dos mais importantes centros econômicos da história de nosso País. Para tanto, objetiva-se explicar os impactos e consequências das políticas públicas municipais, realizadas em São Bernardo do Campo entre 1945 e 1964, dentro daquele processo de industrialização.

LCTE Editora